Travesía, Suplemento Electrónico N° 2: VIII Reunión del Comité Académico de Historia, Regiones y Fronteras - AUGM (2017) - ISSN (en línea) 2314-2707 - pp. 3-25.

A ocupação da fronteira meridional do Império Luso a partir do aldeamento da população indígena missioneira*

*Mariana Milbradt Corrêa***
Universidad Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria, RS, Brasil
marianamilbradt@gmail.com

Resumo:
No presente artigo buscamos perceber as relações estabelecidas entre José de Abreu, o Barão de Cerro Largo, uma importante liderança militar rio-grandense nas duas primeiras décadas do século XIX, com a população nativa do território das Missões orientais, invadido pelos luso-brasileiros em 1801 e assegurado em meio as disputas emancipatórias do antigo vice-reinado do Prata, que eclodem em 1810. Buscamos mapear esses vínculos a partir da análise da correspondência admnistrativa de Abreu no período em que ele foi comandante daquela Fronteira. Foi possível perceber estratégias portuguesas de atração dos indígenas missioneiros para a soberania portuguesa.

Palavras-chaves: Barão do Serro Largo; Mediadores; População indígena; Fronteira.

Abstract:
In the following paper we aimto understand the relations established between José de Abreu, the Barão do Serro Largo, an important military leadership of Rio Grande do Sul in the first two decades of 19th century with the native population of the territory of the Eastern Missions, invaded by the Luso-Brazilians in 1801 and secured amid the emancipatory disputes of the former Vice Reinado da Prata, which hatch in 1810. We sought to map these ties from the analysis of the administrative correspondence of

* O artigo é parte do segundo capítulo da dissertação intitulada: "Fronteira aberta: A construção social do poder de um potentado no Rio Grande de São Pedro (1750-1830)", orientado pelo Prof. Dr. Luís A. Farinatti e financiado pela bolsa CAPES.

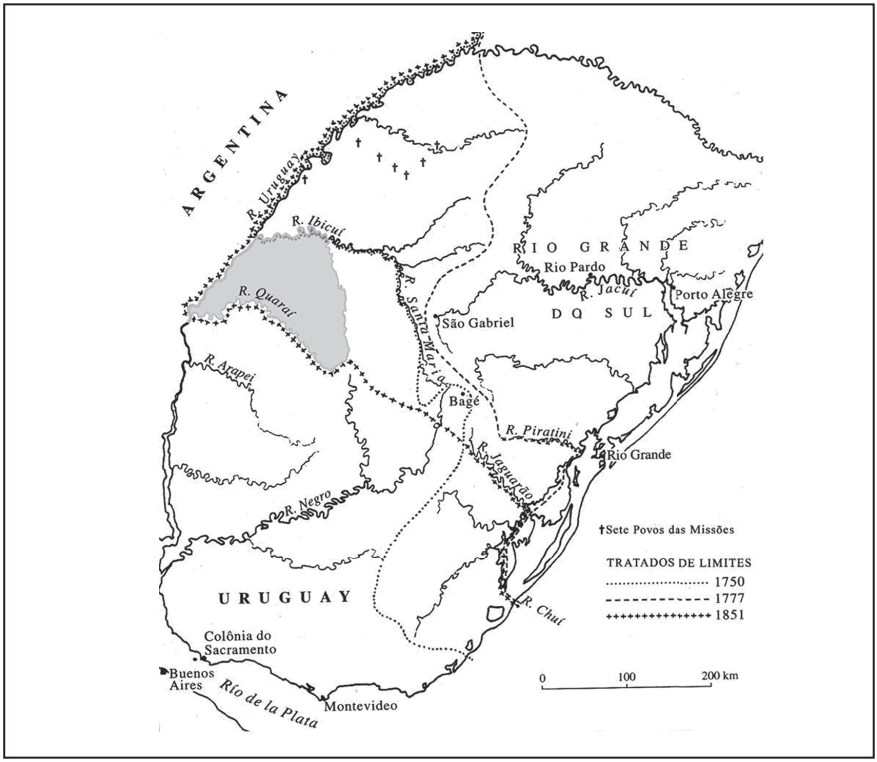
** Mestre em História pela UFSM.

Abreu during the period in which he was commander of that frontier. It was possible to perceive Portuguese strategies of attraction of the indigenous missioners for Portuguese sovereignty.

Keywords: Baron of Serro Largo; Brokers; Indígenous population; Frontier.

Neste artigo buscaremos entender estratégias de consolidação do poder de um importante potentado da fronteira meridional do Brasil no Rio Grande de São Pedro: José de Abreu, o Barão do Serro Largo. Entre os anos 1814 e 1822, ele exerceu o cargo de Comandante do Distrito de Entre Rios, território compreendido entre os rios Quaraí, Ibirapuitan, Ibicuí e Uruguai (Figura 1). Naquela região, os índios missioneiros haviam organizado suas estâncias durante o século XVIII e a invasão e conquista daquelas terras pelos luso-brasileiros levou a uma reestruturação do território a partir de uma nova lógica de ocupação, que tinha como fim efetivar o domínio sobre aquele espaço. Sobre essas terras, Abreu organizou a construção de uma capela que deu origem à vila de Alegrete e onde seriam aldeados os indígenas que lutavam com ele, criou um corpo de cavalaria miliciana, distribuiu terras e recursos entre os homens que efetuaram a conquista e consolidou um poder que se alicerçava em uma rede de relações pautadas em trocas de reciprocidade desigual.

Figura 1. Mapa mostrando a região aproximada do Distrito de Entre Rios.



Fonte: Mapa adaptado de Stephen Bell (1998: 22, *apud* Farinatti, 2010).

O território que José de Abreu ficara encarregado de povoar e de fixar a população local como súditos da Coroa lusa, estrategicamente significava uma possibilidade de acesso rápido ao território de Missões, conquistado em 1801, em caso de ataque pelos inimigos espanhóis. Além disso, também representava um ponto avançado em relação aos campos da Banda Oriental, demarcando a intenção lusa de domínio sobre aquele território. Assim, a partir da atuação de José de Abreu nesse importante espaço, queremos mapear as relações sociais estabelecidas pelas trocas entre José de Abreu com a população instalada na região. O objetivo, então, é analisar as características da atuação de um agente do domínio luso-brasileiro em uma terra de fronteira recém-conquistada, no período colonial tardio, bem como os mecanismos da gestão daquele território.

Para tanto, utilizamos como fontes a correspondência do Fundo Autoridades Militares do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Foram analisadas 145 cartas, em sua maioria expedidas por José de Abreu entre os anos 1810-1822, que dão uma imagem acerca das demandas administrativas e militares do distrito. Entre elas, encontramos José de Abreu mediando disputas ou afirmando informações acerca da posse e propriedade da terra, organizando a povoação e narrando os enfrentamentos militares que participara. O referido fundo documental apresenta limitações, contendo informações por vezes bastante fragmentadas. Devido à falta de continuidade das cartas, é difícil acompanhar o desenrolar dos acontecimentos e contendas relatadas, no entanto, mesmo que originando uma imagem parcial e incompleta, essa documentação nos ajudou a pensar acerca da ocupação daquele território nos primeiros anos de conquistaTambém contribuíram para o estudo, os relatos de campanha publicados na *Revista Histórica* do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, como "Memórias da Campanha de 1816" por Arouche de Morais Lara, Capitão da Infantaria da Legião de São Paulo (volume 26, publicado em 1845); e "A celebração da paixão de Cristo entre os Guaranys" de José Joaquim Maxado de Oliveira, publicada em 1842.

Na primeira parte desse trabalho, trataremos do posicionamento de José de Abreu no processo de expansão do Império luso sobre as terras missioneiras e da Banda Oriental nas primeiras décadas do século XIX. As vitórias que ele alcançou com as tropas luso-brasileiras lhe permitiriam se colocar como um dos primeiros sesmeiros da região ao sul do Ibicuí, e também como militar encarregado de estruturar a povoação na região sobre a qual os portugueses foram avançando nos anos subsequentes à conquista do território missioneiro. Ao longo da segunda parte, buscaremos compreender a relação estabelecida entre José de Abreu com a população missioneira, sobretudo aquela que se instalou ao sul do Ibicuí neste período. As alianças com os guaranis foram essenciais no processo de expansão dos domínios meridionais do Império.

A expansão para o oeste: sob a marca da guerra e da fronteira

O Setecentos havia sido marcado por guerras cada vez mais globalizadas, na região Rio da Prata. Isso significava que a militarização da fronteira e a consolidação do povoamento pelos europeus se tornariam uma importante política para as Coroas Ibéricas. Na segunda metade desse século, guerras e tratados determinariam os avanços e recuos das fronteiras, e assim se consolidava a noção de direitos limítrofes entre as duas Coroas na América, os quais seriam definidos a partir da ocupação do território (Islas, 2009).

Nesse sentido, em uma tentativa de melhorar o controle administrativo da região, os Burbons fundaram o Vice-reinado da Prata no ano de 1776. E nos anos subsequentes consolidaram a criação de novos distritos no mundo rural platino, a partir de subdivisões dos territórios provinciais. Também como parte dessa estratégia, nos anos de 1767/1768 os jesuítas haviam sido expulsos do amplo território missioneiro, os índios reduzidos foram deixados sobre a liderança espiritual de outras ordens, como dos franciscanos, e o espaço passou à administração de comandâncias militares. Esse processo, somado à criação dos novos distritos, abriu caminho para parte da elite hispânica acessar recursos na região das missões e preencher cargos administrativos que surgiam (Barriera, 2016).

A partir de antigos núcleos povoadores, como de Santa Fé, Buenos Aires e Montevideo, as instâncias organizativas espanholas se *capilarizavam* para os territórios indígenas, convenientemente nomeados como "deserto" (Dávila y Azpiroz, 2016). Essas frentes de povoação entraram em choque com a expansão portuguesa que também avançava para esses campos. Para os luso-brasileiros, as fronteiras de Rio Pardo, a oeste, e Rio Grande, ao sul, eram vistas como campos de possibilidades de expansão territorial, e as terras da região seguiram sendo distribuídas e ocupadas por eles desde a década de 1780 (Osório, 1990). Uma forma encontrada pelos espanhóis de deter o avanço português foi a construção de guardas da fronteira, a partir da política de Félix de Azara.

Adriana Dávila e Andrés Azpiroz (2016) estudaram as relações entre a sociedade hispano crioula com os índios chamados "infiéis" a partir da formação da povoação de Belém, em 1801. Nesse trabalho, os autores destacam a importante noção de que, muito mais do que uma fronteira entre os reinos espanhóis na América, a região estudada compreendia um fronteira indígena. Parte da região entre os rios Ibicuí e Arapey era controlada e ocupada por índios charruas e minuanos, chamados "infiéis". Esses grupos mantinham redes de comércio (de couro, erva mate, aguardente) com as missões e suas estâncias e com populações luso e hispano-crioulas da fronteira (Dávila y Azpiroz, 2016).

Dávila e Azpiroz afirmam que a ideia de avanço pelo "deserto" por uma "terra de ninguém" servia para legitimar os direitos sobre o território tido como

uma terra desocupada. Apagar a presença indígena da região, e vê-la apenas como uma fronteira entre Portugal e Espanha, era uma condição necessária para a conquista. A ideia de "fronteira" se consolidava como uma noção de que havia terras desocupadas e livres, de fácil acesso e a baixo preço, mas isso só se tornaria uma realidade a partir do aldeamento ou do extermínio dos grupos indígenas que dominavam o território e que fizeram a terra disponível para construção de povoados e estâncias. Ou seja, não havia territórios abertos para a colonização na América, a fronteira foi aberta a partir da força, e os conflitos não eram exclusividade de Portugal e Espanha, mas sim de um conjunto de pessoas de diferentes origens étnicas que habitavam aquele espaço (Dávila y Azpiroz, 2016).

Os luso-brasileiros avançaram militarmente para essa fronteira no ano de 1801. A vitória e a incorporação das Missões dependeram da aliança feita com cacicados indígenas da região que se despojavam do domínio espanhol. A conquista foi efetivada através da ocupação e colonização nos anos subsequentes, e diante da possibilidade de reconquista pelos espanhóis, guardas permanentes foram construídas ao longo da nova faixa de fronteira. Nesse período, os luso-brasileiros buscaram expandir a fronteira para as margens do Rio Quaraí. Esse movimento se fazia tanto de maneira espontânea por grupos de indivíduos direcionando-se para as regiões de fronteira aberta, e motivadas por chefes de bandos, e estancieiros que combatiam ou buscavam alianças com os grupos indígenas da região, quanto incentivada pelo governo imperial, que ao longo dos próximos anos, promoveria a instalação de capelas e vilas na região disputada (Golin, 2002).

Durante a primeira década do século XIX, aconteceu um significativo desenvolvimento do aparelho administrativo da Capitania. Após passar todo o século XVIII com apenas uma vila, em 1809 eram criados os primeiros quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo, este último era responsável pelo território das Missões (Cesar, 1970). Neste mesmo ano, se efetivava a criação da Capitania Geral de São Pedro, sob o comando de D.Diogo de Souza, que investiu na militarização e no avanço das fronteiras. O número das estâncias de gado na Capitania também crescia, motivado pela estruturação das charqueadas e da ampliação da distribuição de sesmarias e da apropriação de terras nos novos territórios conquistados. Agregava-se, ainda, na povoação a população de africanos e afrodescendentes, trazidos compulsoriamente como mão de-obra escrava.

A prosperidade da Capitania se dava em um conturbado período de lutas, em que o espaço do Rio da Prata foi disputado entre diferentes projetos de organização provincial e nacional. Enquanto Buenos Aires tentava controlar o processo revolucionário na região, outras províncias vizinhas se fortaleciam e tentavam manter sua independência, como Paraguai, Entre Rios e Corrientes. Já a Banda Oriental se mantinha como último reduto da força da Coroa

espanhola no rio da Prata, sobre o controle do Vice-governador Elío (Golin, 2002). Ao contexto, ainda se inseria José Gervasio Artigas, construindo sua liderança sobre diversificada base e social e sublevando população com ideias de reestruturação agrária, pretendendo anexar à região de Missões, Paraguai, a província de Entre Rios e a Banda Oriental ao seu projeto, o que colocava em risco as bases da sociedade hierárquica luso-brasileira (Comissoli, 2011). Ao passo que a antiga colônia espanhola do vice-reinado da Prata se dividia, as forças portuguesas visualizavam uma nova oportunidade de expansão sobre o território espanhol, e a chance de enfim fechar sua fronteira na "ilha do Brasil", entre os rios Amazonas, Paraguai e Uruguai (Golin, 2002).

O período de 1811-1820 foi marcado pela grande ascensão social e econômica de José de Abreu, que lutou e venceu grandes batalhas contra as forças de Artigas na região de Missões e do Distrito de Entre Rios. Abreu ganharia não só prestígio militar como grandes porções de terras nova região conquistada. Em cerca de vinte anos, saiu de jovem oficial, como começara a Campanha de conquista de Missões, a Marechal de campo, formando um grande cabedal de relações que lhe permitiria se colocar como uma das principais lideranças militares da Capitania de seu período. Para entender como se deu a construção desse seu poder, nos voltamos para as relações que ele estabeleceria em torno da povoação que fora incumbido de organizar às margens do rio Inhanduí, afluente do rio Ibicuí, e que mais tarde seria transposta à região onde hoje fica a cidade de Alegrete.

Das "Quebradas" do Inhanduí às margens do Ibirapuitã: a ocupação do território de Alegrete a partir do aldeamento da população indígena

Para a manutenção e avanço das fronteiras, era fundamental a povoação e estruturação institucional do território. O estudo de Fradkin e Barral (2005), voltado para construção nacional da Argentina, demonstra como as estruturas de poder provincial se expressavam na crescente ramificação territorial pelo mundo rural. Os povoados, organizados a partir da construção de capelas ou acampamentos militares, tornavam-se sedes de estruturas de poder (militar-miliciana, eclesiástica, judicial-policial) e possibilitavam ao Estado se acionar sobre o espaço e a população. Ao mesmo tempo, essas instituições eram utilizadas em aspirações de grupos locais, que ganhavam uma maior esfera de atuação e construíam solidariedades e identidades locais. A reflexão sobre o caso rioplatense ajuda a perceber como a administração portuguesa e, depois, brasileira, aos poucos se ramificava e instalava ao longo dos territórios conquistados, levantando paróquias, criando freguesias, povoados, levando suas estruturas administrativas aos confins do Império.

Osório (2015) esclarece que freguesia/paróquia é uma divisão de origem eclesiástica que na Capitania de São Pedro acabou sendo usada como sinônimo de povoação. A constituição dessas freguesias ao longo da história da Capitania traduziu as diferentes estratégias da Coroa portuguesa para a região. Nesse sentido, a partir da conquista do território de Missões e da expansão para os campos ao sul do Ibicuí, novas freguesias seriam formadas sobre a bandeira da manutenção das fronteiras. Foi a partir desse processo que uma guarda avançada foi estabelecida nas margens do rio Inhanduí. Nela, José de Abreu se consolidou como comandante de um corpo de guaranis missioneiros. Mais tarde, em 1814, nessa região foi fundada uma Capela (Araujo Filho, 1908), que tinha exatamente como função fixar a população local naquele ponto e servir como base para uma nova distribuição de terras. O acampamento do Inhanduí estrategicamente localizava-se próximo suficiente às Missões para socorrê-la em caso de ataque, como também demarcava a intenção lusa de domínio por sobre o território que ficava ao sul do Ibicuí.

Marcelo Matheus, em um trabalho acerca da relação de senhores e escravos nessa fronteira, explorou a importância das capelas para expansão do domínio luso sobre o sul e oeste da capitania. As capelas significavam uma forma de reconhecimento por parte da Coroa da representatividade econômica e política do local onde essa era erguida e, dessa forma, eram tidas como uma graça que o rei concedia aos grupos de populações instalados em determinadas regiões. Povoados que começavam a partir de acampamentos militares na fronteira tornavam-se sedes de capelas, na medida em que a ocupação se efetivava (2013). Naquela sociedade, em que o papel da religiosidade era essencial para compreender a atuação dos indivíduos, as capelas se transformavam em um fator de atração da população que buscava pelos sacramentos divinos e também pela função organizadora e formalizadora de relações sociais presentes nos atos eclesiásticos. Isso acaba por transformar os paroquianos em fregueses de uma instituição portuguesa estruturada nos confins do Império.

Segundo Joaquim Félix da Fonseca, Comandante de Missões, em carta enviada ao Governador da Capitania, Abreu estaria na região que formaria o Distrito de Entre Rios desde 1808, organizando lista de interessados em sesmarias ao governador e fazendo assentamentos nas imediações da guarda até que houvesse licença superior para distribuição de sesmarias:

> O tenente de Dragões José de Abreu comandava a Guarda do Inhanduí em todo o tempo que estive em Missões desde novembro de 1808, até outubro de 1809. O dito Tenente tinha consentimento meu para deixar sem barulho nem desordem fazer alguns assentamentos nas imediações do distrito daquela guarda, onde houvesse conveniente, enquanto os pretendentes não obtivessem as precisas licenças superiores. E ali se conservassem e requeressem as suas competentes sesmarias, sendo isso mesmo o que eu facilitava e permitia aqueles que por este fim a mim recorriam (Joaquim Félix da Fonseca para D. Diogo).[1]

Conseguimos remeter a existência da guarda pelo menos ao ano de 1806, quando ela aparece em um importante documento que consagrava a aliança do governo da Capitania de Paulo Gama com o cacique charrua Dom Gaspar, que vivia próximo a guarda do Inhanduí.[2] Dois anos depois de firmada essa aliança, os portugueses já distribuíam terras na região, que entendiam como em disputa com os espanhóis, desrespeitando o *status quo* de 1804, que limitava a fronteira portuguesa ao norte do Ibicuí. No Acampamento do Inhanduí, estava estacionado um corpo miliciano de guaranis. Em documento de agosto de 1810, Francisco das Chagas Santos referencia que cerca de 50 índios milicianos guaranis se encontravam naquela Guarda, que estava sobre a administração do Tenente José de Abreu.[3]

A respeito do encontro com o Cacique Charrua Dom Gaspar, chama a atenção que o número de índios "guaranis milicianos" na Guarda do Inhanduí em 1810, era o mesmo a disposição do Cacique Charrua (50 indivíduos de armas). É impossível apenas a partir dele concluir que era o mesmo grupo, mas não deixa de ser um dado interessante. Temos em mente que a definição do grupo como "guarani" não era absoluta. Segundo Elisa Garcia (2011), as divisões entre guaranis, charruas, minuanos, infiéis e missioneiros devem ser vistas com cuidado, muitas vezes grupos diferentes eram simplificados em um só, e por vezes, os próprios índios manejavam essas caracterizações ao seu proveito. As missões, por exemplo, eram marcadas por uma população bastante heterogênea, contando notoriamente com outras etnias em sua composição (como charruas e guenoas) que acabou por ser classificada como "guarani" (Wilde, 2009). O acordo com Dom Gaspar foi firmado em Porto Alegre, e a comunicação permitida por um intérprete da língua guarani, que era compreendida pelo Cacique Charrua. O tratado era de que os índios sob seu comando não poderiam ser atacados pelos portugueses, e que o grupo de Charruas "em tempo de guerra se unirão às tropas portuguesas, e seriam obrigados a lhe dar todo gênero de auxílio e socorro".[4] Não encontramos mais informações sobre esse acordo, e não podemos afirmar se foi duradouro o suficiente para os homens de Dom Gaspar estarem à disposição dos portugueses no ano de 1810. No entanto, um acordo como esse, feito com uma liderança

1 Autoridades Militares, Joaquim Félix da Fonseca, 11.12.1810, maço 17, AHRS.

2 18.07.1807. Ofício Paulo José da Silva Gama, sobre as relações entre o Governo da Capitania e os índios e o acordo com D. Gaspar, cacique dos índios Charruas. AHU, Rio Grande do Sul, Cx. 12, doc. 40. Fundo Resgate Barão do Rio Branco

3 Autoridades Militares, Francisco Chagas Santos, maço 16, AHRS.

4 25.09.1806. Ofício do governador da Capitania do Rio Grande do Sul Paulo José da Silva Gama ao secretário de estado da Marinha e do Ultramar Visconde de Anadia. AHU- Rio Grande do Sul, Cx. 16, doc. 19. Fundo Resgate Barão do Rio Branco.

charrua, pode ter sido de extrema importância na ocupação do território ao sul do Ibicuí.

A aliança também aponta como os Charruas vinham perdendo seu território, embora ainda importantes na região, a busca por proteção dos portugueses indica como os povos foram atingidos pelas constantes incursões de espanhóis daquele período, numa tentativa de "limpar" o território e submetê-lo a um domínio. Em 1801, com a construção da vila de Belém, os hispano-platinos fizeram tentativas de aldear e cristianizar os índios "selvagens", para trazê-los à jurisdição espanhola. A ação não foi bem sucedida, e em resposta, começaram as partidas de perseguição dos grupos charruas ao sul do Ibicuí. Em 1805, os espanhóis pediram auxílio aos portugueses para tal tarefa, pois os índios sabendo manejar o espaço de conflito entre lusos e hispanos, buscavam abrigo em terras portuguesas. Patrício Corrêa da Câmara, Comandante de Rio Pardo, negou-se a prestar ajuda aos espanhóis, um dos motivos era o temor de que a real intenção da partida fosse reconquistar o território missioneiro, o outro era que esses índios se mostravam de grande ajuda em momentos de guerra, pois atacavam as estâncias do inimigo na região em disputa (Garcia, 2011; Comissoli, 2014).

Também chama a atenção no documento tratando da aliança com o cacique Dom Gaspar, o uso da língua guarani como meio de comunicação com um grupo de Charruas. No processo de conquista, portugueses que conheciam essa língua foram essenciais para atração da população nativa para soberania portuguesa, na medida em que permitiam a comunicação e a construção dos relacionamentos entre os diferentes povos nativos daquele território. Esse foi o caso de Gabriel Ribeiro de Almeida e Borges do Canto, que agiram como tradutores, possibilitando as alianças durante o avanço português de 1801 (Garcia, 2007). José de Abreu foi caracterizado como um sujeito de traços indígenas por alguns biógrafos, como Paranhos Júnior e Paula Cidade, isso devido a uma memória que se perpetuou do comandante, de acordo com a qual Abreu falava também a língua guarani. Se esse foi mesmo o caso, podemos entender como ele usou essa habilidade manter uma comunicação com a população, fosse de guaranis ou de outros povos nativos que habitavam a fronteira.

Elisa Garcia, em sua tese de doutorado (2007), explora as políticas da Corte portuguesa para atrair a população indígena para a soberania lusa, e como as populações nativas fizeram diferentes usos da posição de fronteira e de conflito entre as coroas ibéricas para satisfazer seus próprios interesses. Nesse sentido, mesmo sem negar que os povos indígenas tenham sido continuamente submetidos à violência e à perda de sua autonomia, é importante perceber que eles foram atores importantes na construção da fronteira e agiram constantemente, estabelecendo alianças em busca de sua sobrevivência e de condições mais vantajosas diante do expansionismo europeu naquelas terras.

Max Ribeiro (2013) também analisou as estratégias dos índios missioneiros a partir de 1801, demonstrando o papel importante das migrações ordenadas no contexto de reestruturação do espaço missioneiro sob uma nova soberania. Quando os portugueses chegaram às Missões Orientais, havia cerca de 14.000 guaranis entre os sete povos conquistados, com o decorrer dos próximos anos, ocorreria um esvaziamento dessa população no território, entre as razões, estaria a insegurança causada pela guerra, e os abusos dos comandantes da fronteira. Gillermo Wilde (2009), que estudou o importante papel da religião para essa população, também ressaltou que a falta de párocos portugueses que conhecessem a língua guarani teria prejudicado a permanência dos indígenas nas regiões conquistas.

O despovoamento dessas áreas se tornaria um problema diante do contexto de insurreições no Prata, a partir de 1810, quando o governo da capitania passava a se preparar militarmente para um novo conflito. A região de Missões foi colocada em alerta para o caso de uma possível *invasão castelhana* e a população indígena seria fundamental para defesa daquele território, sendo recrutada junto com o restante da população local para engrossar as fileiras portuguesas (Ribeiro, 2013). Desde 1801, haviam sido compostos corpos de milícias formadas pela população guarani, que recebiam, inclusive, soldo regular do governo luso (Ribeiro, 2013). Em 1810, Francisco Chagas Santos dizia que havia cerca de 200 milicianos guaranis empregados na defesa da fronteira (50 desses estariam na Guarda avançada do Inhanduí).[5] Mas, nos próximos anos, como já dissemos, diante da ampliação política de recrutamento na fronteira, esse número aumentaria consideravelmente, com a formação do Regimento de Milicias a cavalo, formados pela 24ª e 25ª Companhia.[6] Nesse corpo, dos 512 postos, pelo menos 470 eram ocupados por índios (Ribeiro, 2013).

Sobre os anos que José de Abreu serviu na Guarda do Inhanduí, as informações são esparsas. Afastados do centro administrativo das Missões, nem ele e nem os milicianos guaranis que serviam com ele aparecem na *Lista das Pessoas Empregadas em Todas as Classe Nesta Província de Missões*, organizada por Francisco Chagas Santos.[7] Todavia, quando o exército de pacificação e observação, comandado por D. Diogo, cruzou pela região em 1810 e 1811, o Acampamento no Inhanduí serviu como uma importante base, assim como o Acampamento de São Diogo (onde hoje fica o município de Santana do Livramento) e com o fim do conflito, um ano depois, a região estaria efetivamente

5 Francisco das Chagas Santos para D.Diogo. Autoridades Militares Francisco Chagas Santos, AHRS, maço 16.

6 Comandadas por José de Abreu e João de Deus Menna Barreto respectivamente.

7 Autoridades Militares, Francisco Chagas Santos, AHRS, maço 16.

sob domínio português e se aceleraria o processo de ocupação daqueles campos (Golin, 2002). Terminada as batalhas da Campanha de 1811-1812, José de Abreu era promovido a Tenente Coronel responsável pelo Regimento de Cavalaria de Milícias de Missões,[8] assumindo o comando do Distrito de Entre Rios. Na guarda do Inhanduí, estruturava-se um importante povoado, com a construção da capela dos Aparecidos. Assim, o que começara como um acampamento militar crescia para uma capela, tornando-se mais um fator de atração da população nativa.

Apesar da importância dos índios missioneiros tanto no campo militar, como de produção econômica, a relação com os grupos de luso-brasileiros que chegavam àquelas terras estava longe de ser fácil. Em 1810, José de Abreu remeteu a Francisco Chagas Santos um casal de índios naturais do Povo de São Borja, presos por matar um estancieiro da região, o motivo da morte seria que Lourenço *Quiraque*, cansado de servir ao estancieiro Antônio José, decidiu montar a cavalo e ir embora, mas o estancieiro, insatisfeito, teria seguido Lourenço a cavalo e o derrubado, começando a surrá-lo. Lourenço, se defendendo, teria sacado a faca e matado Antônio José, e largado o corpo em um "capão de mato", com ajuda da "china"[9] Thomazia.[10] Os ferimentos que sofreu Lourenço parecem ter sido grandes, uma vez que Francisco Chagas Santos não pode remetê-lo a Porto Alegre por encontrar-se "muito doente".

Assim, a "aliança" entre portugueses e guaranis era, por vezes, bastante tênue, e administrar essa população que tinha interesses muito diferentes dos que podia conceber a racionalidade portuguesa não era tarefa tranquila nem para um comandante de um corpo de guaranis. Afinal, a relação entre os chefes portugueses e a população nativa era pautada em uma negociação desigual, uma vez que os conquistadores buscavam implantar no território missioneiro uma nova lógica de administração que ameaçava o modo de vida dos índios missioneiros, que tinham suas terras invadidas. Dessa forma, não foi nada incomum que os índios que lutavam ao lado dos portugueses trocassem de lado, debandando para o lado inimigo, quando consideravam que obteriam maiores vantagens. Com a força que ganhava o projeto revolucionário de Artigas, essa seria uma realidade ainda mais comum.

Em abril de 1814, José de Abreu recebeu informação da queda de Bernardo Perez Planes, que governou a Província de *Missiones* (missões a oeste do

8 José de Abreu, Biblioteca Nacional, C965-33.

9 "China" era a designação utilizada para mulheres índias.

10 José de Abreu para Francisco das Chagas Santos. Autoridades Militares, José de Abreu, janeiro de 1810, maço 16.

Rio Uruguai) entre os anos 1812 a 1814,[11] orientado pelas diretrizes centralistas de Buenos Aires (Padrón Favre, 2016). O ataque ao Povo da Cruz havia sido comandado pelas forças combinadas do paraguaio Vicente Antônio Matiauda e do artiguista Blas Basualdo, sendo facilitado pela a adesão dos índios que "abriram os portões" para os homens de Artigas. José de Abreu buscava alertar o governo sobre a "voluptuosidade" das companhias de guaranis diante dos conflitos que se formavam na região.

> (...) e mandei vir a companhia de São Francisco para esse Povo, e assim mais o Alferes de Cima da Serra Manoel Padilha, que se acha arranchado nessa província trazendo consigo todos os homens que puder juntar dos que não estão alistados nas companhias para acudir donde for preciso, misturando parte dos guaranis, porque só por si não servem pra nada; o que acabo de ver na traição que fizeram a Planes, que só fizeram resistência unicamente donde ele estava, e os mais abriram os portões para que entrassem os paraguaios, estando eles bem pagos e bem fardados, donde venho no conhecimento que esta qualidade de gente se vendem facilmente, a duas coisas que vem a ser de seu interesse e qualquer interesse ou medo, e só são tiranos ao lado que vence para matar e roubar, ainda mesmo que dos seu povo, como acabam de fazer ao Povo da Cruz.[12]

Para manter o espírito dos guaranis "animados", José de Abreu encontrou como solução misturar os corpos entre as tropas portuguesas, mas o grande problema era que havia poucos milicianos lusos na região. A hostilidade de José de Abreu com a insubordinação dos indígenas refletia a visão de um comandante que necessitava trazer essa população para a soberania portuguesa e que encontrava grande adversidade no fato de os guaranis seguirem pautas diferentes das suas e buscarem as vantagens que o lado vencedor poderia lhes prover. O que Abreu via como "traição", era a atitude um povo orientado pela sua própria racionalidade, e que não agia sempre com a constância e submissão que o chefe da fronteira desejava.

Ao longo da campanha contra Artigas, mais corpos seriam destacados para a fronteira, na medida em que a luta se tornasse cada vez mais uma prioridade para o governo imperial luso, a partir do avanço do líder oriental no território

[11] Em janeiro de 1814, Artigas deixou o sítio de Montevidéu (pela segunda vez após disputas com Buenos Aires), sendo considerado traidor da causa revolucionária por Alvear, liderança militar de Buenos Aires que derrotou Elio em Montevidéu, nesse período se agravaram as disputas entre o centralismo portenho e a liga dos povos livres (Entre Ríos, Corrientes, Córdoba, Missiones, Província-oriental) (Sala de Tourón, 1978).

[12] Autoridades Militares, José de Abreu, 1814 - lata 168 maço 44.

de Missões e no distrito de Entre Rios a partir de 1816. Nos ofícios expedidos por José de Abreu, é possível perceber que os ataques de Artigas eram cada vez mais frequentes. Em uma carta ao governador da capitania, ficou retratado seu terror ao acordar no meio da noite convencido de que os "castelhanos" chegavam à povoação organizada, às margens do Inhanduí.

> Com toda a atenção e respeito ponho na respeitável presença de V. Exa. O que nesse mesmo instante acaba de acontecer nessa capela; e é que estando toda povoação em sossego, sendo quatro horas da madrugada me batem a porta dizendo que estávamos sendo avançados pelos castelhanos, e levanto-me a toda pressa me pus em armas com a pouca gente que aqui há, para me por em defesa (...) se pôs tudo em alvoroço e pensando que eram os castelhanos, pois todo dia se esperam nesse lugar pelo muito que tem ameaçado avançarem e levar os interesses que aqui há, sendo a coisa mais fácil que eles têm ao seu favor, em razão de não haver na linha quem os ataque, como (ilegível) tem entrado até a distancia de cinco e seis légoas, e havido mortes entre eles e os nossos Estancieiros, e já entram sem ter respeito algum as guardas, pois até essa distância, da nossa tinha pra dentro não tem mais já que roubaram, tem levado tudo que é animal cavalar, e ainda gados para (ilegível), roupas e fazendas, e até mulheres, e assim exmo. Snr. não lhes é difícil de caminhar mais quatro ou cinco léguas para chegarem a esse lugar (...) (José de Abreu para o Marquês de Alegrete).[13]

O falso alarme fora causado pela ação de soldados da Legião de São Paulo destacados para aquela fronteira para ajudar a conter o movimento revolucionário artiguista, os soldados faziam uma batida no povoado em busca de desertores. José de Abreu dirigia inflamados insultos àquela legião, alegando que estes regimentos além de não conseguirem impedir o avanço dos "insurgentes", não faziam nada além de "afligir os moradores, em cavalos, gados e provisões, amarrando e metendo em *formilhos*, pois se acha esse distrito efetivamente cheio de partidas das guardas, que já se não podem suportar os insultos que fazem".[14] Em resposta, José de Abreu mandou prender todos os soldados envolvidos no caso, enviando-os junto com os homens que "caçavam". Para além do incômodo de ter sido acordado no meio da noite acreditando que um ataque acontecia, a maior insatisfação do Tenente Coronel parece ter sido que os soldados da legião distribuíam castigos entre a população sem consultá-lo, isso na povoação que estava sobre sua administração e proteção.

O documento analisado permite visualizar a zona de instabilidade que permeava a fronteira, não só pela constante presença dos inimigos espanhóis ou

[13] Autoridades Militares, José de Abreu, 20.06.1816, maço 59, AHRS.
[14] *Ibíd.*

artiguistas, ou pela presença de povos indígenas não aliados dos portugueses, como também pelo grande número de grupos armados "amigos" destacadas para fronteira. A violência e a insegurança da zona de guerra eram constantes que os habitantes necessitavam aprender a lidar, pois o espaço não era disputado apenas por duas forças inimigas. Aí se faziam presentes interesses de diversos grupos, o que tornava a realidade em que José de Abreu atuava ainda mais complexa, uma vez que, ao mesmo tempo que tomava proveito desse caos, acumulando recursos, ele necessitava trazer alguma espécie de retribuição em forma de mais segurança para a população e, efetivamente, conseguir moderar os interesses locais com os da Coroa para a região.

Apesar do engano, de fato, em setembro daquele mesmo ano, a povoação foi atacada pelos homens de José Antônio Verdum, oficial de Artigas, que atearam fogo sobre a capela e colocaram em fuga os habitantes. A ação tinha como objetivo, provavelmente, dispersar a população que vinha se concentrando em torno da capela e do povoado português. Capelas, como a do povoado do Inhanduí, representavam instituições portuguesas em um ponto avançado da fronteira, sendo uma prova da efetiva ocupação daquele território. A intenção do grupo de Artigas era apagar essa evidência da posse portuguesa, em uma forma de reivindicação daquele espaço para seu grupo.

Posteriormente, após a derrota de Artigas, uma nova povoação, com uma nova capela, foi fundada por José de Abreu, sob as ordens do Governador da Capitania, o Marquês de Alegrete, dessa vez, às margens do rio Ibirapuitã. Os habitantes fugidos de Entre Rios pediram ao Marquês que lhes fosse permitido reconstruir a capela. Essa forma de requerimento, segundo Marcelo Matheus (2013), era uma prática comum aos habitantes das localidades, geralmente partindo deles os pedidos para instalação de capelas nos povoados. O requerimento aparece em documento transcrito por Araújo Filho (1985: 23):

> Dizem os moradores do Distrito de Entre-Rios, que em razão de lhes haver sido, pelos insurgentes, reduzida a cinzas a Capela de Alegrete, assim como todas as suas estâncias, se acham impossibilitados de poder tornar a formar povoação naquele lugar, pelo grande atraso que experimentaram com a invasão do inimigo e como é necessário ao bem do pasto espiritual haver naquele distrito um lugar onde concorra o povo para o dito fim, é nas margens do Ibirapuitã, no passo denominado Guassú-Passo que tem muito boas proporções, não só pelas madeiras fáceis e o rio ser de canoa, como pela frequentação que prometem os moradores do lado oriental do referido rio Ibirapuitã, pela falta que também experimentam do mesmo pasto espiritual e não terem prejuízo pode aumentar-se com mais vigor que no antigo lugar, pelas circunstâncias acima relatadas; ainda mesmo para serem aldeados os naturais, que se acham presentemente em serviço de campanha com suas famílias, estas fazendo peso ao exército, por não haverem um lugar onde

> se depositem, e no fim da dita campanha, ficando dispersos serão muito prejudiciais ao seus (...) (set. 1816 - José Abreu ao Marquês de Alegrete).

Em estudo sobre os guaranis nas capelas de fronteira, Max Ribeiro e Luís A. Farinatti (2016) refletem sobre essa mesma documentação. Percebem como a fixação dos guaranis em aldeias era um aspecto considerado importante para viabilização da conquista, tanto por comandantes como José de Abreu como pela população luso-brasileira que se estabelecia na região. Outro aspecto ressaltado pelos historiadores é que o aldeamento era uma forma de evitar a evasão dos índios missioneiros, que, como vimos, tinham na migração entre os 30 povos uma importante estratégia. É também essa visão que transparece em correspondência trocada por José de Abreu e o Marquês de Alegrete:

> Em virtude do respeitável despacho de V.Exa. Datado em 24 do corrente no requerimento dos moradores de Entre Rios; é muito justo mudar-se a capela por não estar sempre exposta ao primeiro furor do inimigo fronteiriço, como acaba de acontecer, e assim mais pela comodidade de se aldearem os índios que compõe as duas companhias de lanceiros do mesmo distrito com suas famílias porque andando dispersados serão prejudiciais aos estancieiros da fronteira. Junto ofereço a V. Exa. a resposta do proprietário em consequência do mesmo respeitável despacho, é o que posso informar.[15]

Assim, em torno da nova capela, foram aldeados os índios que formavam as duas companhias de lanceiros guaranis, do distrito de Entre Rios, com suas famílias. Reorganizar a povoação era uma tarefa significativa, pois em torno delas, os índios podiam construir suas casas e ficariam concentrados em um mesmo espaço. A afirmação de que era importante reunir os índios aliados para não deixá-los dispersados pela fronteira parece confirmar o que Padrón Favre (2016) sugeriu a respeito de as autoridades portuguesas se preocuparem com fixar a população missioneira em povoados mais afastados da linha de fronteira, por considerar os índios facilmente seduzidos a enfrentar o Reino português. Mesmo levando em conta o importante papel dos indígenas como soldados, a administração portuguesa buscava reorganizar aquele espaço, aldeando indígenas e construindo povoados, que tinham nas capelas um fator de atração dessa população.

A respeito da estruturação do povoado de Alegrete, temos o interessante relato da "Celebração da paixão de Cristo entre os guaranys", de José Joaquim Machado de Oliveira.[16] A obra foi publicada em 1842 dentro da Revista

[15] Autoridades Militares, José de Abreu, 25.01.1817, maço 63, AHRS.

[16] José Joaquim Machado de Oliveira foi um político e militar brasileiro, participou da campanha de 1817 e 1822 no território que hoje forma o Rio Grande do Sul, era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Ferretti, 2007).

do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.[17] A Revista trazia como questão essencial para a definição da identidade nacional a questão indígena, elaborando, dessa forma, um discurso etno-historiográfico que abordava o contato do colonizador com os povos nativos (Ferretti, 2007). Machado de Oliveira era um dos membros do Instituto que buscaria consolidar a etnografia indianista. Segundo Danilo Ferretti (2007) o relato havia sido escrito quando este serviu no Rio Grande do Sul com a Legião de São Paulo pelo ano 1818.

Para nós, o relato traz elementos fascinantes, pois ao narrar a festividade, Machado de Oliveira aborda informações preciosas para compreender a estruturação do povoado. Conforme o militar, os habitantes ainda se viam, no outono de 1818, envolvidos na construção da nova capela no alto da colina, ao mesmo tempo, a companhia dos lanceiros guaranis "que formava uma parte integrante da coluna de Abreu" (Oliveira, 1842: 331), havia levantado sua "aldea" em um terreno mais baixo, ao longo do qual corria uma sanga que era usada como esgoto. Para Oliveira, era fácil perceber a separação entre índios e brancos apenas observando a diferença do local onde fora erguida a capela e onde foram alojados os indígenas. A forma como os últimos construíam suas cabanas, marcadas "pela confusão e negligência", também extremava as diferenças. Essa imagem nos traduz as configurações hierárquicas do próprio espaço. Embora essenciais para a formação do povoado, os indígenas se encontravam mais afastados do seu centro, onde ficava a capela, enquanto que as melhores casas eram colocadas ao redor do templo.

> Enquanto os aventureiros entrerianos, dirigidos pelo seu famoso chefe, lançavam os fundamentos da capela de Alegrete, a companhia de naturais lanceiros, com seu capitão Chico, que formava uma parte integrante da coluna de Abreu, e com ela compartilhara os louros que a fortuna da guerra dispensara com mão larga a esse general, construía um apêndice da capela, que devia servir para o seu alojamento sob o título de *aldea*. Não era sem o concurso da raça Guarany, que se empreendiam essas povoações nas vastas e remotas campinas do Continente (...) (Oliveira, 1842: 331).

Naquele ano, havia sido reestabelecido no novo povoado a celebração anual da paixão de cristo. A notícia teria passado de "estância a estância, povoação a povoação e chegado mesmo as sete Missões do Uruguai" (Oliveira, 1842: 337). Junto com a notícia da comemoração, iria a fama bélica

[17] A memória foi publicada como artigo no quarto volume da revista do IGHB do ano de 1842, contava com dezenove páginas, na obra não era indicado o ano que o relato foi escrito, apenas que era um "Episódio de um diário das campanhas do Sul", é provável que tenha sido feito naquele ano mesmo (1842) em cima das observações registradas por José Joaquim Machado de Oliveira, em 1818.

de José de Abreu, "que por muitos anos teve a vitória atada aos tentos do seu lombilho" (Oliveira, 1842: 337). E se dirigiam à capela grande número de habitantes de Entre Rios, vindos de todas as partes e de todas as origens. Esse tipo de festividade havia sido importante nas reduções sobre a administração dos jesuítas. Segundo Wilde (2003), cerimônias anuais como Corpus Christi, a Semana Santa, e a festa do Patrono do povo, eram importantes, pois rompiam com rotina das cerimônias cotidianas, de acordo com ele:

> Eran los contextos propicios para que la sociedad se representase a sí misma mostrando sus jerarquías y, simultáneamente, creando condiciones para el reajuste de cuentas e intercambios reciprocitarios entre los actores (entre jefes, entre miembros de cacicazgo, entre unos y otros, entre ambos sectores y los jesuitas). (...) existen fuertes continuidades entre estas celebraciones y la tradición guaranítica de la gran fiesta (*Areté Guasú*) en la que la reciprocidad como forma de intercambio entre parientes tiene un lugar central (Wilde, 2003: 209).

Maria Cristina Bohn Martins (2005) também ressaltou o papel das festas religiosas, como uma espécie de re-tradução dos festivais indígenas tribais históricos. Nesse sentido, ela considera que, embora as festas religiosas populares representassem um aspecto marcante da cultura espanhola moderna, e tenham sido utilizadas como uma forma pedagógica de catequização dos povos nativos, na América, estas festas ganhariam características muito distintas, abrigando muitos elementos de tradição guarani. Teria sido graças à experiência anterior dos índios em relação às festas que a igreja teria conseguido instituir suas celebrações religiosas, pois a festa com seus cantos, danças e embriaguez já eram tidos como um espaço de acesso ao sobrenatural para os nativos.

Parece significativo que os rituais da Paixão de Cristo causassem tanto estranhamento a Machado de Oliveira, afinal, não eram só os motivos católicos vindos da Europa que caracterizavam a festa. Além disso, nesta estava presente práticas que abrigavam elementos de uma cultura guarani missioneira. O militar estranhava o culto às imagens, o choro das carpideiras, as musicas entonadas, o auto-flagelo vistos como fanatismo supersticioso. Entre os rituais da festividade, ele chamava a atenção para um grande grupo de guaranis, que se flagelava em penitência para ser escolhido como Cristo para procissão do enterro da sexta-feira Santa. Oliveira (1842: 341) via nisso não um sentimento genuinamente cristão, mas um ufanismo vaidoso, que levava "a admiração e diferença dos da sua raça". Ao refletir sobre os rituais da Paixão de Cristo, em uma comunicação, Jacqueline Ahlert (2012) indica que os açoites, os espinhos e os pregos da cruz eram elementos que os índios cultuavam com grande

disputa e devoção. A autora sugere que os longos jejuns e penitências já eram parte da ritualística de especialistas em magias como ritos purificadores.

A avaliação do mais digno era feita pelo Capitão Chico em conjunto com o conselho de oficiais da Companhia. Como vimos, no trecho transcrito do texto de Machado Oliveira acerca da construção da aldeia, o "Capitão Chico"[18] seria uma liderança importante entre os índios, comandando uma das Companhias de lanceiros. Ele não só se responsabilizava pela fundação da capela, como seria a autoridade que receberia com sua família os guaranis que chegavam para a cerimônia da Paixão de Cristo, e ao longo de toda a cerimônia, desempenharia um papel central, pois todo o simbolismo da festividade ressaltava as hierarquias daquela sociedade. Ao que parece, um pouco mais distante e menos acessível do que o Capitão Chico, estava José Abreu, o "chefe de Alegrete", mas durante a procissão da Sexta-feira Santa, a presença opulenta de Abreu causaria a atração dos olhos da comunidade: "Todas as vistas, todas as atenções convergiam para aquele ponto: e a presença acatada do chefe de Alegrete, trajado de aparatoso uniforme, impôs maior silêncio do que aquele que deveria sugerir a representação fúnebre, que os guaranis profundamente reverenciam" (Oliveira, 1842: 347).

Wilde (2002) ressalta que, em partes, o grande espaço dedicado para a edificação das hierarquias nas solenidades tinha sua raiz em uma concepção da festividade típica de Antigo Regime, pois as cerimônias traduziam em um ambiente físico os lugares sociais dos indivíduos, refletindo a própria ordem natural do mundo. Como aquele era um mundo marcado pela guerra, a liturgia religiosa se misturava com a promoção dos militares, que em diferentes momentos apareciam com suas fardas oficiais e carregando lanças, com um lugar de destaque para os seus comandantes.

Conclusões

A Coroa Portuguesa concedia a José de Abreu um espaço de mando na fronteira e seu poder se alicerçava nas próprias instituições que ele ajudava a

[18] Não sabemos ao certo quem seria o "Capitão Chico". Imaginamos dois casos. No primeiro, "Chico" seria alcunha para o nome "Francisco", e de fato havia um capitão de Milícias do corpo de José de Abreu chamado Francisco Soares da Costa (Autoridades Militares, José de Abreu, 12.05.1815, maço 53, AHRS), mas não podemos afirmar que esse fosse o mesmo capitão guarani referenciado por Oliveira. A outra hipótese é que "Chico" não representava um nome próprio, mas que viesse do espanhol, em que significa "menor", se esse fosse o caso, poderia responder a um capitão abaixo o do capitão de milícias do regimento, correspondendo a uma linguagem coloquial daquela fronteira específica para o regimento de guaranis, embora nesse caso seria mais provável que o autor não tivesse utilizado letra maiúscula na designação.

criar. Isso acontecia, pois a Coroa necessitava de homens que conseguissem tratar com a população local, constituindo alianças e relações de clientela para que essa população servisse ao Reino, ao mesmo tempo tal poder dependia do papel de José de Abreu como um comandante militar sob as ordens da Coroa, pois daí vinha a autoridade e o prestígio para que ele pudesse oferecer algo em troca aos indivíduos que lhe seguiam. Em relação aos habitantes nativos daquele território, é fácil enxergar o que José de Abreu tinha a ganhar estabelecendo vínculos com os indígenas missioneiros. Talvez seja mais difícil perceber o que significava essa aliança de um ponto de vista que parta dos índios. Certamente, eles buscaram se aliar ao lado que oferecesse maiores vantagens de acordo com o seu julgamento, seguindo a orientação de seus caciques. Contudo, não se pode deixar de lembrar que a negociação era desigual.

De acordo com o que tratamos, é possível perceber que José de Abreu possuía alguns atributos pessoais que lhe pareciam conferir respeito e admiração por parte dessa população. Em meio a um mundo em guerra, as vitórias e o prestígio militar eram somados na conta no momento de seguir um líder. Mas não devemos simplificar esse relacionamento. Como vimos, José de Abreu temia a inconstância da posição dos missioneiros, vociferava contra uma suposta rapidez com que os índios trocavam de lado ou se tornavam um incômodo para os estancieiros da região, buscava estratégias para consolidar os laços com os indígenas e mantê-los sob a soberania portuguesa.

Ao analisar o processo de ocupação da fronteira, podemos ver como a guerra seria estrutural naquele espaço. Para a fronteira que se abria, dirigiam-se aventureiros, famílias, milicianos e militares em busca de oportunidades trazidas pela guerra. Para a Coroa, esse avanço era importante, porque permitia a expansão territorial, a economia pecuária se consolidava através da reprodução de um sistema agrário extensivo. Enquanto que, a população indígena da região ou entraria em choque com os invasores lusos ou se aliaria a estes. A administração portuguesa, através da criação de povoados e freguesias, ramificava-se pelo território conquistado, terras e cargos eram distribuídas entre os conquistadores, e as instituições portuguesas eram consolidadas naqueles confins fronteiriços.

Fontes Documentais

Arquivo Histórico do Rio Grande Do Sul (AHRS): Fundo autoridades militares. Anos 1810-1822.

Biblioteca Nacional (ANRJ): Séção biografias, C965-33.

Referências Bibliográficas

Ahlert, Jacqueline (2012): "A celebração da paixão de Cristo nas Missões Jesuíticas da Província Paracuaria", *XI Encontro Estadual de História Seção Rio Grande do Sul. História Memória e Patrimônio, Rio Grande - Anais do XI Encontro Estadual de História Seção Rio Grande do Sul. História Memória e Patrimônio*, Rio Grande, FURG, Vol. 1, pp. 1521-1536.

Araujo Filho, Luiz (1985): *O município de Alegrete*, Porto Alegre, Ed. Carag.

Barral, María E. y Fradkin, Raúl O. (2005): "Los pueblos y la construcción de las estructuras de poder institucional en la campaña bonaerense (1785-1836)", *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Buenos Aires, 27, pp. 7-48.

Barriera, Darío G. (2016): "Rural Judges and Territorial Organization in Río de la Plata (17th to 19th Centuries)", *Beijing Law Review*, Wuhan, 7, pp. 57-68.

Cesar, Guilhermino (1970): *História do Rio Grande do Sul. Período Colonial*, Porto Alegre, Globo.

Cidade, Francisco de Paula (1966): *Dois Ensaios de História*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército.

Comissoli, Adriano (2011): A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.). Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em [https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/351/1/AdrianoComissoli.pdf].

Dávila, Adriana y Azpiroz, Andrés (2016): *Indios, cautivos y renegados en la frontera. Los blandengues y la fundación de Belén, 1800- 1801*, Montevideo, Ediciones Cruz del Sur.

Farinatti, Luís A. (2014): "Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1845)". Em Scott, A. S. V.; Cardozo, J. C. da S.; Freitas, D. T. L. e Silva, J. F. (Orgs.), *História da família no Brasil Meridional: temas e prespectivas*, São Leopoldo, Editora Oikos, pp. 215-238.

Farinatti, Luís A. (2010): *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agraria na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*, Santa Maria, Editora da UFSM.

Farinatti, Luís A. e Ribeiro, Max R. (2016): "Guarani nas capelas da fronteira: Migrações e presença missioneira no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827)". Em J. Quevedo (Org.), *Missões. Reflexões e questionamentos*, Santa Maria, Editora e Gráfica Caxias, pp. 251-274.

Ferretti, Danilo J. F. (2007): "A Emergência de um discurso etno-historiogáfico nos primórdios do IHGB: o caso do Brigadeiro Machado de Oliveira", *XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH*, São Leopoldo.

Garcia, Elisa F. (2011): "Identidades e políticas coloniais: guaranis, índios infiéis, portugueses e espanhóis no Rio da Prata, c. 1750-1800", *Anos 90* , Porto Alegre, 18, pp. 55-76.

Garcia, Elisa F. (2007): As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. Disponível em [http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_GARCIA_Elisa_Fruhauf-S.pdf].

Golin, Tau (2002): *Fronteira*, Vol. I, Porto Alegre, L&PM.

Martins, Maria Cristina B (2005): "Espetáculo e participação: Festas barrocas nos 30 pueblos de las missiones", *Locus*, Juiz de Fora, 11, pp. 20-40.

Matheus, Marcelo (2013): "Dilatadas Paróquias: senhores e escravos na formação da sociedade luso-brasileira (fronteira sul de São Pedro do Rio Grande, início do século XIX)", *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal-RN.

Miranda, Marcia Eckert (2006): A Estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro. Tese Doutorado em Economia Aplicada, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas. Diponível em [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285500/1/Miranda_MarciaEckert_D.pdf].

Oliveira, J. J. Machado d' (1973): "Recordações Históricas que se prendem especialmente à Campanha de 1827", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, XXIII, p. 497.

Oliveira, J. J. Machado d' (1842): "A celebração da paixão de Jesus Cristo entre os guaranís (Episódio de m Diário das campanhas do Sul)", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 4, pp. 331-349.

Osório, Helen (2015): "A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de pesquisa", *Claves, Revista de Historia*, Montevideo, 1, pp. 67-90. Disponível em [http://www.revistaclaves.fhuce.edu.uy/index.php/Claves-FHCE/article/view/16/8].

Osório, Helen (1990): Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós-graduação em História, Porto Alegre.

Padrón Favre, Oscar (2016): "Éxodos missioneiros: Al território del rio Uruguay". Em J. Quevedo (Org.), *Missões. Reflexões e questionamentos*, Santa Maria, Editora e Gráfica Caxias, pp. 251-274.

Paniagua A., Edson (2003): Fronteiras, Violência e criminalidade na região platina: o caso do município de Alegrete (1825-1864). Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em [http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1843/fronteiras%20violencia.pdf?sequence=1&isAllowed=y].

Paranhos Jr., José Maria da Silva (2012): "Esboço biográfico do General José de Abreu Barão do Cerro Largo". Em *Obras do Barão do Rio Branco VII. Biografias*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.

Paranhos Jr., José Maria da Silva (1868): "Esboço biográfico do General José de Abreu Barão do Cerro Largo", *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, XXXI, parte II, pp. 62-135.

RIBEIRO, Max R. P. (2013): Estratégias Indígenas na Fronteira Meridional: A situação dos guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834). Dissertação Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em [http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79441/000900208.pdf?sequence=1].

SALA DE TOURÓN, Lucía (1978): *Introducción*. Em SALA DE TOURÓN, L.; DE LA TORRE, N. y RODRÍGUEZ, J., *Artigas y su revolución agraria, 1811-1820*, México, Siglo Veintiuno, pp. 11-66.

TRINDADE, Miguel Jaques (1985): *Alegrete: do século XVII ao século XX*, Vol. I. , Porto Alegre, Editora Movimento.

WILDE, Guillermo (2009): *Religión y poder en las misiones de guaraníes*, Buenos Aires, SB.

WILDE, Guillermo (2003): "Poderes del ritual y rituales de poder: un análisis de las celebraciones en los pueblos jesuíticos de guaraníes", *Revista Española de Antropología Americana*, Madrid, 33, pp. 203-229.